

Revisão salarial: proposta da banca é inaceitável

Ao fim de três sessões de negociação da tabela salarial do ACT, as instituições de crédito subscritoras alteraram a sua proposta de aumento de 0,5% para 0,6%. Face a esta evolução irrelevante, SBSI e SBC manifestaram-se indisponíveis para sequer equacioná-la.

O processo negocial de 2019 entre os Sindicatos e o Grupo Negociador das Instituições de Crédito subscritoras do ACT (GNIC) não começou bem, apesar das intenções manifestadas pela banca.

À proposta inicial de 2,5% de aumento dos Sindicatos, as IC contrapuseram 0,5%. E após a terceira sessão, realizada dia 7 de maio, as partes não estão mais próximas.

Na reunião de 17 de abril, SBSI e SBC deixaram claro que não haveria qualquer acordo com valores abaixo da inflação prevista para este ano. No entanto, adiantaram estar disponíveis para reduzir a sua reivindicação dos 2,5% iniciais para 2%, sob várias condições: um aumento salarial igual para todos os níveis, mas com um valor mínimo em euros definido, bem como um aumento superior no subsídio de refeição.

O GNIC respondeu afirmando que a proposta sindical estava muito desfasada da sua, embora considerasse que o aumento de 0,5% era negociável.

Mais 0,1%

E foi com estas posições que as partes chegaram à terceira sessão. Na intervenção inicial, o GNIC adiantou a pretensão da banca de que o atual processo negocial fosse mais célere do que o de 2018, pelo que estava disponível para rever a sua proposta inicial de 0,5% de aumento salarial.

A intenção subjacente às palavras rapidamente foi negada pela apresentação da nova proposta: 0,6%, ou seja, um acréscimo de 0,1%.

Depois de os bancários terem tido uma perda de poder de compra de 7,16% nos últimos dez anos, os Sindicatos classificaram a proposta como inaceitável e responderam com a sua indisponibilidade para sequer discutir a mesma, nomeadamente face aos lucros anunciados, que refletem a recuperação do setor após o período de crise.

Para os Sindicatos, os trabalhadores devem ser recompensados pelos sacrifícios dos últimos anos. Assim, não aceitam aumentos inferiores à inflação e que não contemplem alguma recuperação do poder de compra.

Mais recusas

Relativamente à reivindicação de um valor mínimo em euros, o GNIC manifestou-se indisponível para acordar uma tabela diferenciada.

Já quanto à proposta sindical de que seja introduzida no ACT uma cláusula que impeça a absorção dos aumentos salariais nos complementos remuneratórios dos trabalhadores, a banca foi radicalmente contra, com o argumento de que os complementos são um instrumento de gestão.

Por fim, no que se refere ao aumento superior no subsídio de almoço, o GNIC ainda não tem uma posição definitiva.

Proposta justa

Face a este desenvolvimento – e sobretudo à irrelevante evolução na proposta salarial –, SBSI e SBC consideraram não haver espaço para discussão, ficando a aguardar que na próxima sessão o GNIC apresente uma proposta mais consentânea com a posição sindical e mais justa para os trabalhadores.

A próxima reunião negocial entre as partes está agendada para 21 de maio.

AS DIREÇÕES